



PARLAMENTO

Ordem dos TOC vai ser aprovada nesta legislatura por pressão do PS

Maratona legislativa agendada para 23 de Julho

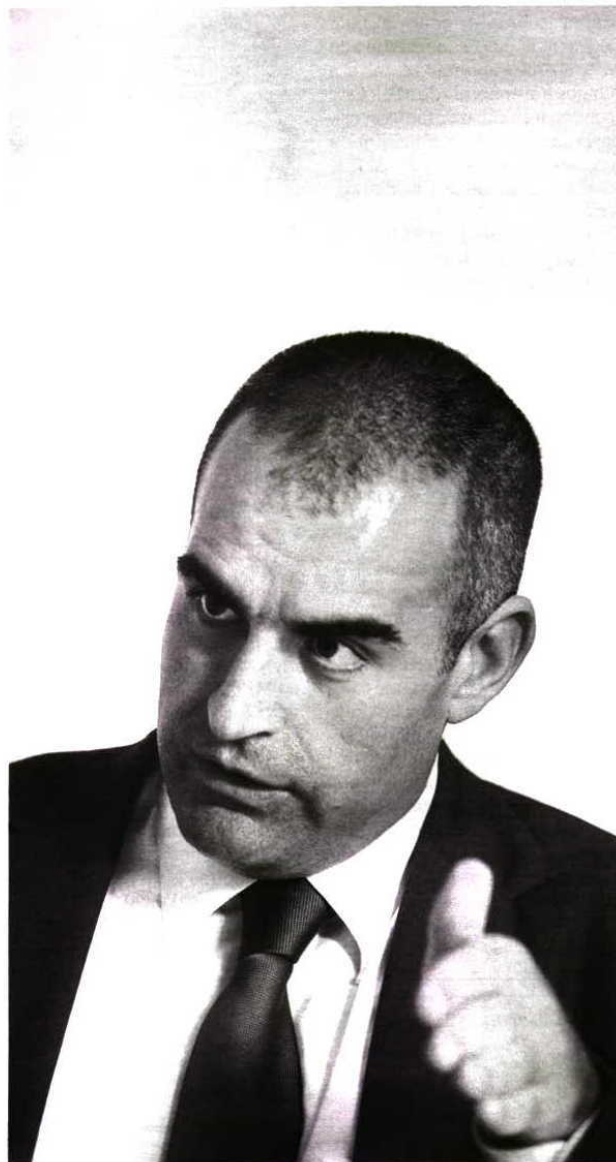
FILOMENA LANÇA

filomenalanca@negocios.pt

Votação na especialidade, na generalidade e votação final global. Um “três em um” agendado para a próxima quinta-feira, 23, que viabilizará a transformação da câmara dos Técnicos Oficiais de Contas (CTOC) em Ordem profissional. A aprovação da proposta de lei de iniciativa do Governo que procede à alteração dos estatutos chegou a estar periclitante, mas os socialistas insistem em dar “luz verde” ao diploma, pelo que a proposta será hoje discutida na Comissão de Trabalho e subirá a Plenário na última sessão desta legislatura.

O deputado socialista Jorge Strecht, que há cerca de uma semana garantia que a Comissão – com demasiados diplomas em mãos – nunca teria tempo para levar a bom porto a proposta de lei, assegurou ontem ao **Negócios** que esta é, afinal, “mais uma decisão política do que técnica”, que será “reapreciada e votada pela maioria socialista”. Mesmo com a oposição a votar contra, como de resto deverá acontecer com o PSD: “Não havendo entretanto alterações, não podemos estar de acordo e votaremos contra”, afirmou Hugo Veloso, responsável laranja para os assuntos económicos.

A mudança da CTOC para Ordem tem sido um processo polémico, apoiado pela Câmara, mas criticado por alguns grupos de profissionais e, sobretudo, por grandes empresas de contabilidade. Chegaram mesmo a ser apresentados no Parlamento pareceres de vários constitucionistas que se manifestaram contra. Em causa estava uma norma que obrigava as sociedades de contabilidade a serem detidas em maioria por técnicos de contas (tanto no que toca ao capital social, como à gestão). O Governo acabou por recuar nesta parte, permitindo que, não havendo maioria de TOC, fosse nomeado um responsável técnico, tal como já acontece para as farmácias. Porém – tal como agora os deputados socialistas –, manteve-se irredutível no que toca à outra grande crítica que tem sido feita à proposta de lei, e que é a não aplicação da Lei 6/2008 sobre associações profissionais. Esta é, aliás, uma das pretensões do PSD, mas Jorge Strecht afirma que “não é por isso que vamos inviabilizar uma Ordem que tem mais do que cumpridos os requisitos necessários”. O secretário de Estado dos Assuntos Fiscais,



Pedro Elias

Carlos Lobo | O secretário de Estado empenhou-se na criação da nova Ordem.

Carlos Lobo, assegura que, neste caso, a aplicação da Lei 6/2008 não é obrigatória, uma vez que se trata apenas de uma alteração de estatutos e a CTOC foi criada antes da entrada em vigor da lei.

Maratona legislativa

A criação da Ordem dos TOC é apenas um dos diplomas que estarão sobre as secretárias dos deputados na próxima quinta-feira. A sessão será uma autêntica maratona legislativa e até já foi marcada uma outra, na quarta-feira, só para analisar petições. Para dia 23 estão em car-

teira diplomas de peso, como o Código Contributivo, a nova legislação sobre saúde e segurança no trabalho e a que regulará o trabalho doméstico, e também as contra-ordenações laborais. Deverão igualmente ser votadas as alterações ao estatuto da Ordem dos enfermeiros, bem como o novo Código de Execução de Penas, o novo regime de violência doméstica, o de indemnização a vítimas e a Lei do Cibercrime. Pelas contas do “Diário de Notícias”, são 22 os diplomas que ainda não foram a votos e que ocuparão a última sessão parlamentar da legislatura.